



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DO MARANHÃO
CONSELHO DIRETOR

RESOLUÇÃO Nº. 41/2005, de 15 de dezembro de 2005.

Dispõe sobre a aprovação do Projeto de Revitalização e Ampliação da Infra-Estrutura do Centro Federal de Educação Tecnológica do Maranhão - 1ª Fase.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DIRETOR DO CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DO MARANHÃO, do MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições consagradas no Art. 15, inciso VIII, do Estatuto do CEFET-MA, e considerando o Processo nº 23048.003888/05-05 do Departamento de Administração Patrimonial,

RESOLVE:

Art. 1º. Aprovar, **ad referendum** do Conselho Diretor, o Projeto de Revitalização e Ampliação da Infra-Estrutura do Centro Federal de Educação Tecnológica do Maranhão – 1ª Fase, anexo a esta resolução.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura.


OSÉ FERREIRA COSTA
Presidente

APROVADO(A) na <u>78ª</u> Reunião
<u>Ordinária</u> do CONDIR, realizada
em <u>13 / 01 / 2006</u>
<u>Divaly Damasceno de Sousa Muelh</u> Secretário(a) do CONDIR



Centro Federal de Educação
Tecnológica do Maranhão

**PROJETO DE REVITALIZAÇÃO E AMPLIAÇÃO DA
INFRA-ESTRUTURA DO CENTRO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DO MARANHÃO**

(1ª FASE)



Secretaria de Educação
Profissional e Tecnológica

Ministério
da Educação



Centro Federal de Educação Tecnológica do Maranhão
Diretoria Geral
Diretoria de Administração
Departamento de Administração Patrimonial

PROJETO DE REVITALIZAÇÃO E AMPLIAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA
DO CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DO MARANHÃO

(1ª FASE)

Este trabalho foi elaborado Pelo Departamento de Administração Patrimonial, órgão seccional da Diretoria de Administração do Centro Federal de Educação Tecnológica do Maranhão - CEFET-MA.

Outubro - 2005

SUMÁRIO

Assunto	pág.
1. Apresentação.....	3
2. Introdução.....	4
3. Justificativas.....	6
4. Objetivos	9
4.1 Objetivo Geral.....	9
4.2 Objetivos específicos.....	9
5. Metas do Projeto.....	9
6. Linhas de ações.....	11
7. Estratégias	16
8. Setores envolvidos na execução do projeto.....	16
9. Estimativa Global do projeto.....	17
10. Cronograma de execução.....	19
11. Referência bibliografia	20

1 - Apresentação

A primeira fase do Projeto de Revitalização e Ampliação da Infra-estrutura do Centro Federal de Educação Tecnológica do Maranhão corresponde ao item "Infra-estrutura física", contemplado no Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI.

Concebido a partir do levantamento das prioridades necessárias à melhoria da infra-estrutura da Instituição, o Projeto surgiu com finalidade de implementar ações e estratégias com vistas a disponibilizar as instalações físicas devidamente equipadas com todos os acervos patrimoniais em perfeito estado de conservação e funcionamento para o cumprimento da missão institucional: **Formar profissionais com uma sólida fundamentação científico-tecnológica, associada a conhecimentos que propiciem a sua formação cultural, social, política e ética como cidadãos capazes de participar e influir na construção e na transformação da sociedade, bem como fomentar as atividades de pesquisa e de extensão.**

Esta fase do Projeto se encontra sustentada em quatro pilares básicos, entendidos como as prioridades eleitas de maior preocupação e relevância na opinião da comunidade Cefetiana, que são: **Manutenção, Estrutura Física (obras), Materiais (aquisição) e Segurança.**

Complementando os estudos para concepção deste Projeto, efetivamos um levantamento dos trabalhos anteriormente realizados, com o objetivo de identificar possíveis problemas conexos com aqueles apontados neste documento, de modo que essas variáveis venham a somar e contribuir para o acerto das propostas apresentadas.

2. Introdução

Inicialmente vamos fazer um breve relato da História da Educação Brasileira, o que vai permitir compreender melhor a situação em que se encontram as instituições ensino público do país, em especial, o CEFET-MA.

Este breve histórico poderia ser iniciado com a chegada dos portugueses ao território do Novo Mundo ou com a educação praticada entre as populações indígenas. Como a questão aqui não é falar da educação propriamente dita, e sim da precariedade em que toda estrutura da rede pública se encontra, em especial o CEFET-MA, vamos avançar no tempo e iniciar nossa história após dois séculos do descobrimento do Brasil (ou seria: descobrimento das nossas riquezas?).

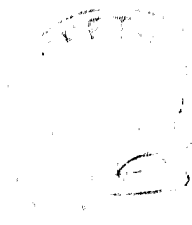
O primeiro modelo educacional implementado no país era o modelo europeu, que, além de enfatizar os costumes e a religiosidade europeia, também adotava os métodos pedagógicos daquela Nação (usado por mais de 210 anos).

A expulsão dos jesuítas marca uma nova era da educação. Se, naquela época, achava-se que existia alguma coisa estruturada em termos de educação, o que se viu a seguir foi o mais absoluto caos.

Com relação à educação profissional, a história não foi diferente da que acabamos de relatar, começou com a vinda forçada de Dom João VI para o Brasil em 1808, fugindo das tropas de Napoleão. Dom João VI, além de abrir os portos do Brasil às nações amigas, resolveu permitir a imprensa, facilitar a entrada de livros e fundar cerca de uma dezena de instituições de ensino técnico ou superior em nosso território, no Rio de Janeiro e na Bahia, nas áreas de Engenharia, Medicina, Química e Agricultura. Não tomou nenhuma iniciativa quanto à organização do ensino primário e secundário.

Passados alguns anos, em decorrência da abolição da escravatura e, talvez para agilizar as transformações que já se viam à vista, o então Imperador do Brasil, Dom Pedro II, solicitou de todo o governo brasileiro, dentre outras as seguintes providências:

- A criação de um Ministério da Educação, pois até aquela época não existia nada semelhante na organização de nosso Estado;
- A fundação de uma rede de escolas técnicas no território nacional;

- 
- O estabelecimento de duas Universidades no Brasil, uma ao Norte do Império e outra ao Sul;
 - O estabelecimento de outras faculdades isoladas nas demais províncias que não visassem apenas ao preparo para as profissões liberais, mas também ao cultivo das ciências e das letras, vinculadas às duas universidades a serem fundadas.

O Imperador ainda chamava a atenção da necessidade de alicerçar este sistema de ensino superior sobre a instrução primária e secundária, até então bastante precária no Império.

Logo em seguida chega a República e com ela instala-se a corrupção e a fraude generalizada em proporções hoje inteiramente inimagináveis e com elas os problemas da educação, a qual desde então, caiu no esquecimento quase total.

É verdade que, na época, foi criado um Ministério da Educação, ou seja, Ministério da Educação, Correios e Telégrafos, sendo que o orçamento da parte referente aos Correios e aos Telégrafos era superior à parte que estava destinada à Educação. Dois anos depois, este Ministério era extinto, e a Educação passou a fazer parte dos atributos do Ministro da Justiça.

A educação tecnológica e profissional, muito combatida por ir de encontro às concepções de organismos internacionais de financiamento, da renascença à atualidade é, sem dúvida, um retrato do contexto da história da educação no Brasil. Fruto do esquecimento, descaso, falta de recursos, e a serviço da manutenção do "*status quo*", as Instituições de ensino públicas tem o desafio e a responsabilidade de manter tudo funcionando, crescer tecnologicamente e expandi-se proporcionalmente aos interesses sociais com os escassos recursos disponíveis.

A realidade da educação tecnológica e profissional no Brasil se confunde com a história desta Instituição, ou seja, é a sua própria história, a história da Escola de Aprendiz de Artífice do Maranhão, a história do Liceu Industrial de São Luís, a história da Escola Técnica Federal de São Luís, a história da Escola Técnica Federal do Maranhão, e se nenhuma medida for tomada, a história se repetirá com as outras instituições que sucederem o CEFET-MA.

3. Justificativas

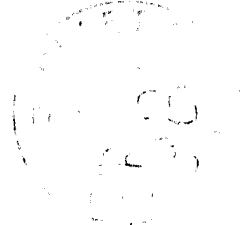
A literatura especializada aponta para uma histórica dicotomia entre teoria e prática nas relações que envolvem a qualidade do trabalho prestado á sociedade. Informa que em muitos casos os equipamentos são numerosos, os profissionais são qualificados, mas a empresa não dispõe de condição físico-material adequado para o efetivo desenvolvimento das atividades institucionais. Independentemente da ordem desses ou de outros fatores, a conseqüência traduz-se numa oferta de serviço de baixa qualidade, onde não é facultado a certas áreas de produção obter uma estruturação adequada do espaço físico ou tão pouco a aquisição de equipamentos tecnologicamente atualizados. Tudo isto traduzido na falta de política institucional.

Além da falta de uma política de valorização, existem outros paradigmas de gestão que se contrapõem ao processo educativo brasileiro: não faz porque não quer, não faz porque não sabe, não faz porque tem medo, faz sem saber por que e faz porque quer, este ultimo desprovido de qualquer relação com os interesses da sociedade.

Para romper de vez com os paradigmas tradicionais que se contrapõem a formação profissional e impedem que o cidadão alcance os valores e as competências necessárias à integração de seu projeto ao projeto da sociedade em que se situa, é necessária a cumplicidade de quem faz a educação com a responsabilidade social, buscando investimentos "o caminho das pedras" e direcionando os investimentos para a oferta de uma educação de qualidade para todos.

A Infra-estrutura do CEFET-MA (instalações físicas, mobiliários e equipamentos, etc.), bastante deficitária ou inadequada, conforme já constatado em alguns relatórios (Relatório de diagnóstico/DRG de 2003, Relatório da Reunião Técnica do DEAP/DAD/2002), carece especial atenção para que este Centro possa caminhar no sentido do desenvolvimento Institucional. Sabe-se que a idade da edificação (mais de seis décadas) e a necessidade de sua adequação e ampliação, bem como a atualização tecnológica dos equipamentos dos laboratórios devêm ser, sem sobra de dúvida, o grande desafio desta e das demais gestões que se sucederem, dado os vultosos recursos a serem empregados.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9.394 de 20 de Dezembro de 1996), conhecida como LDB ou Lei Darci Ribeiro, estabelece dois níveis para a educação: a educação básica e a educação superior; duas modalidades: a educação de jovens e adultos e a educação especial; e uma modalidade complementar: **a Educação Profissional.**



O Decreto nº 5.224/2004 vai mais além, e define como finalidade dos CEFETs: formar e qualificar profissionais no âmbito da educação tecnológica, nos diferentes níveis e modalidades de ensino, para os diversos setores da economia, bem como realizar pesquisa aplicada e promover o desenvolvimento tecnológico de novos processos, produtos e serviços, em estreita articulação com os setores produtivos e a sociedade, especialmente de abrangência local e regional, oferecendo mecanismos para a educação continuada.

Da mesma forma que os investimentos em tecnologia são primordiais para o permanente desenvolvimento de aptidões do cidadão para a vida produtiva, conforme a LDB e o Decreto nº 5.224/2004 definem, é necessário melhorar e ampliar as instalações físicas para maior oferta de vagas, adequando-as às novas demandas, como por exemplo: criar novas unidades de ensino descentralizadas, bem como preparar toda estrutura predial para as pessoas portadoras de necessidades especiais de forma a oferecer condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, os mobiliários e equipamentos, as edificações, eliminando barreiras, entrave ou obstáculo que limite ou impeça o acesso, a liberdade de movimento e a circulação.

A Lei Federal nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, mediante a supressão de barreiras e de obstáculos nas vias e espaços públicos, no mobiliário urbano, na construção e reforma de edifícios e nos meios de transporte e de comunicação, impõe ao CEFET-MA a necessária adequação das suas instalações físicas.

A segurança de pessoas que circulam nas dependências do CEFET-MA, a segurança do patrimônio existente sob responsabilidade dos gestores, bem como a segurança das informações e documentos são outros itens que merecem atenção especial.

O serviço de segurança do CEFET-MA carece melhorias, tanto no aspecto tecnológico como ostensivo e normativo. São tantas as ocorrências de desaparecimento de bens (CEINF, Laboratórios, Biblioteca, etc.), amontoados de documentos se deteriorando por falta de tratamento adequado, lentidão e falha na comunicação que nos direciona para a necessidade de serem realizados investimentos, também, em tecnologia da informação e da vigilância eletrônica, já que os meios atualmente utilizados pelo CEFET-MA não atendem tecnicamente e financeiramente as suas necessidades dado às demissões das instalações e o volume documental.



A aquisição de bens, a realização de obras e as reformas nas instalações físicas são tão importantes quanto as suas manutenções e conservações, sob pena de comprometer o funcionamento regular do patrimônio público e levá-lo ao sucateamento, e assim interferir na qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão, bem como, no desenvolvimento Institucional.

Quanto à manutenção de bens, a Instrução Normativa nº. 205, de 08 de abril de 1988, se reporta à conservação e recuperação como sendo obrigação de todos a quem tenha sido confiado material para a guarda ou uso, zelando pela sua boa conservação e fazendo diligências no sentido de recuperar aquele que avariar.

A reestruturação do restaurante é uma das metas necessárias para o atendimento das necessidades fisiológicas da comunidade cefetiana, bem como, sua estrutura física e os bens que compõem seu acervo serem igualmente necessários para dar como apoio e sustentação ao curso técnico em alimentos, servindo como laboratório das aulas práticas de alimentos.

Ressaltamos que a dificuldade de desempenho das atividades acadêmicas e administrativas que inserem a reprodução de cópias e elaboração documento com qualidade e tecnologia adequada tendem a aumentar em função do crescimento de alunos matriculados e de professores pesquisadores na Instituição. Somado esses fatores vem a falta de equipamentos gráficos compatíveis com as necessidades do ensino, da pesquisa, da extensão e demais serviços administrativos.

Por fim, vale ressaltar que os equipamentos a serem contratados poderão atender às mais variadas demandas, a dizer: produção de material didático para todos os cursos do CEFET-MA e outras escolas interessadas; produção de impressos administrativos; prestação de serviços para a comunidade, reprodução de provas de vestibulares e seleção, etc.

Finalmente, o Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI, aprovado pelo Conselho Diretor deste Centro, no item "Infra-Estrutura", propõe implementações que buscam melhorias das instalações físicas do CEFET-MA, destacando a implementação de Programas e Projetos de Manutenção Corretiva e Preventiva, fomentado campanhas contra o desperdício e pela preservação do patrimônio Institucional. Portanto, este Projeto compreende as linhas de ação para cumprimento das metas estabelecidas pelo Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI, no item infra-estrutura/física.



4. Objetivos do Projeto

4.1 Objetivo Geral

Promover o desenvolvimento Institucional oferecendo uma infraestrutura adequada aos objetivos do ensino, pesquisa e extensão, científico ou tecnológico.

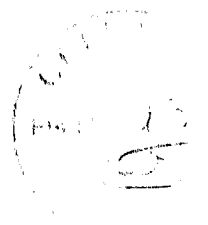
4.2 Objetivos específicos

- Garantir o funcionamento adequado das instalações físicas e equipamentos do CEFET-MA;
- Dar acessibilidade às instalações do CEFET-MA;
- Oferecer segurança às pessoas, aos documentos, as informações e ao patrimônio existente no CEFET-MA;
- Atualizar o acervo patrimonial tecnologicamente;
- Ampliar a oportunidade de acesso ao ensino público;
- Estabelecer normas de controle interno para o CEFET-MA; e
- Instrumentalizar o CEFET-MA para transformação em universidade tecnológica.

5. Metas do projeto:

- Aquisição de 50 microcomputadores pessoais para utilização do corpo discente de nível médio, técnico e graduação nos trabalhos de pesquisa;
- Aquisição de 20 microcomputadores pessoais para utilização do corpo discente de pós-graduação nos trabalhos de pesquisa;
- Adquirir e instalar 100 novos microcomputadores nos laboratórios acadêmicos para o desenvolvimento das atividades de ensino e de pesquisa;
- Adquirir e instalar 20 novos microcomputadores nos setores administrativos que ainda não têm disponibilizado;
- Dotar o controle acadêmico do ensino médio e técnico com 01 sistema operacional livre e independente da plataforma de utilização;

- Dotar o controle acadêmico do ensino superior e pós-graduação com 01 sistema operacional livre e independente da plataforma de utilização;
- Dotar o controle de ponto com 01 sistema operacional livre e independente da plataforma de utilização;
- Dotar o controle de protocolo com 01 sistema operacional livre e independente da plataforma de utilização;
- Dotar o controle da biblioteca com 01 sistema operacional livre e independente da plataforma de utilização;
- Dotar 01 sistema de comunicação interna da intranet e extranet entre as Unidades São Luís e Imperatriz;
- Instalar 05 novos servidores robustos para tarefas de missões críticas dos sistemas de gerenciamento acadêmico;
- Instalar 10 novos servidores robustos para tarefas de missões críticas dos sistemas de gerenciamento administrativo;
- Instalar 03 novos servidores robustos para tarefas de missões críticas dos sistemas de câmeras sobre IP;
- Instalar 01 central telefônica que permita a comunicação e voz sobre IP entre as Unidades São Luís e Imperatriz;
- Instalar 01 Rede Privativa de Dados (VPN) entre as Unidades São Luís e Imperatriz;
- Dotar o controle de vigilância das Unidades São Luís e Imperatriz de um sistema de vigilância com 100 pontos de câmeras sobre IP;
- Terceirizar serviços nas áreas de manutenção e conservação para apoio às atividades fim e meio;
- Reformar, ampliar e redimensionar as instalações físicas disponíveis do CEFET-MA;
- Ampliar a três municípios o acesso ao ensino técnico profissional, com a edificação de três novas unidades de ensino descentralizadas;
- Implementar um programa de conscientização para combater o desperdício e depredação do patrimônio e racionalização dos recursos financeiros e materiais disponíveis; e
- Transformar o Centro Federal de Educação Tecnológica do Maranhão em universidade tecnológica.

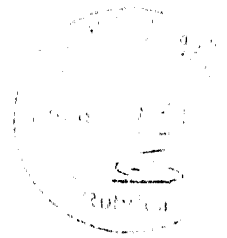


6. Linhas de ação

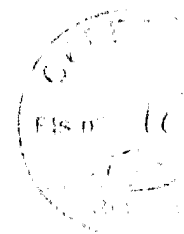
- Conclusão de obras e instalações para funcionamento da pós-graduação e Laboratórios de Pesquisa;
- Reforma de ambientes administrativos;
- Reforma de ambientes de ensino;
- Melhoria das condições físicas e estruturais das salas de aula;
- Instalação de bebedouros, de acordo com os padrões de higiene e saúde e melhoria dos já existentes;
- Adequação do espaço físico para atendimento aos portadores de necessidades especiais;
- Criação de um ambiente com infra-estrutura para os aposentados;
- Urbanização e ampliação do espaço físico;
- Construção de novos banheiros;
- Reformas do: telhado, forro, banheiros, janelas e portas;
- Limpeza e pintura de todo o CEFET-MA;
- Instalação de placa de identificação (Totem) do CEFET-MA;
- Revisão nas marquises internas do prédio do CEFET-MA;
- Implementação de sistemas de avaliação e aprovação prévia pelos órgãos responsáveis pelo planejamento físico e manutenção dos projetos que impliquem reformas, adaptações nos espaços físicos e instalações de equipamentos, bem como das edificações novas;
- Gerenciamento de ações de expansão física, a fim de evitar construções improvisadas e/ou com impactos negativos na harmonia do ambiente urbano e na qualidade de vida;
- Otimização do uso das instalações físicas com relação a seus espaços, a sua infra-estrutura e a todos os tipos de instalação;
- Planejamento ou adaptação das edificações segundo a qualidade das atividades desenvolvidas na Instituição, possibilitando

harmonizar os espaços com alternativas arquitetônicas e de custos.


- Aquisição de nova central telefônica digital;
- Adequação da comunicação entre os demais setores deste CEFET-MA, por meio de ramal – sem custo com ligação;
- Implantação de um modelo de alocação específico, que se leve em consideração às necessidades e o tamanho de cada setor, em termos de pessoal.
- Avaliação da estrutura das caixas d'água;
- Revisão da rede hidro-sanitária;
- Análise, adequação, complementação e implantação de projeto de abastecimento de água e tratamento de esgoto do CEFET-MA.
- Normatização dos equipamentos para utilização no CEFET-MA;
- Acompanhamento do perfil do consumo em todos os departamentos;
- Implantação de projeto de automação e modernização do sistema de distribuição de energia elétrica em baixa tensão;
- Elaboração de projetos para iluminação externa e interna, atendendo à situação de ocupação, bem como à utilização de novas tecnologias e materiais;
- Unificação das faturas de energia elétrica.
- Implementação da estrutura Backbone interno através de um enlace de fibra ótica;
- Criação de um laboratório central de microcomputadores pessoais;
- Criar um laboratório de informática para pós-graduação;
- Aquisição de microcomputadores pessoais para utilização nos laboratórios acadêmicos;
- Disponibilização de microcomputadores pessoais nos setores administrativos;



- Implementação de um sistema acadêmico WEB para o ensino médio e técnico;
- Implementação de um sistema acadêmico WEB para o ensino superior e para a pós-graduação;
- Implementação de um sistema de gerenciamento e controle WEB de ponto;
- Implementação de um sistema de gerenciamento e controle WEB de protocolo;
- Implementação de um sistema de gerenciamento e controle WEB da biblioteca;
- Implementação de um sistema de vídeo conferência via WEB entre as Unidades São Luís e Imperatriz;
- Implementação de um cluster de servidores para atender aos sistemas acadêmicos;
- Implementação de um cluster de servidores para atender aos sistemas administrativos;
- Implementação de um cluster de servidores para atender aos serviços de câmeras sobre IP;
- Implementação de uma rede de voz sobre IP entre as Unidades São Luís e Imperatriz;
- Implementação de uma rede privativa de dados entre as Unidades São Luís e Imperatriz;
- Implementação de um sistema de câmera sobre IP nas dependências interna da Unidade São Luís;
- Aquisição de mobiliários, máquinas e equipamentos para as atividades meio e fim;
- Aquisição de ferramentas, instrumentais e material de consumo;
- Implantação dos projetos de sinalização horizontal e vertical, facilitando a circulação de veículos, através da utilização de faixas e placas sinalizadoras;



- Instalação de placas de identificação e localização dos setores;
- Re-adequação dos espaços físicos existentes, contemplando o re-estudo dos projetos de banheiros, escadas e rampas, de forma a atender melhor os usuários, com prioridade para atendimento dos aspectos de higiene, funcionalidade, segurança e baixo custo de manutenção;
- Realização dos serviços da portaria, através da colocação de recepcionistas e implantação de acesso informatizado de pessoas;
- Efetivação dos serviços de guarita, através da instalação de cancela eletrônica e implantação de sistema de identificação de veículos de qualquer natureza para controle de acesso destes;
- Implantação de um sistema de vigilância eletrônica;
- Adequação da infra-estrutura física do CEFET (como rampas e elevadores), possibilitando acesso para os Portadores de Necessidades Especiais (PNE);
- Aprimorar o sistema de acesso ao CEFET, facilitando e organizando o fluxo da comunidade e promovendo a segurança pessoal e patrimonial;
- Aquisição de livros técnicos, revistas, jornais, cd-roms, publicações, catálogos;
- Aquisição de retroprojektor, data show, videocassete e recursos computacionais com multimídia, DVD;
- Informatização e controle de todo o processo;
- Implantação de Sistema de Segurança Eletrônica;
- Implementação de um cronograma anual de divulgação publicitária institucional com folder, cartaz, outdoor, rádio, tv, internet;
- Re-planejamento da estrutura organizacional de comunicação do CEFET-MA, de forma a torná-la sistêmica e integrada através de pólos informativos;

- 
- Criação da Ouvidoria do CEFET-MA para atender e defender os direitos da comunidade de forma ágil e transparente.
 - Implantação do Núcleo de Tecnologia da Informação
 - Implementação do Sistema de Informações Gerenciais fornecendo subsídios fundamentais para maior agilidade da elaboração do relatório de gestão e, conseqüentemente, da prestação de contas;
 - Reorganização da execução orçamentária oriunda de projetos e convênios em que a arrecadação se dá num determinado exercício e sua execução extrapola para o ano seguinte;
 - Participação no Fórum de Planejamento e Gestão dos CEFETs (FORPLAN), visando a maior participação quando da repartição da fração do bolo orçamentário da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC);
 - Participação efetiva no Fórum de Pró-Reitores de Planejamento e Administração (FORPLAD) visando ao maior espaço e melhor distribuição dos recursos orçamentários oriundos da Secretaria de Educação Superior (SESu) com conseqüente aplicação da matriz orçamentária de repartição da fração do bolo destinados às Instituições Federais de Educação Superior;
 - Elaboração de projetos, planos de trabalho ou atividades similares que se insiram na política de desenvolvimento institucional;
 - Busca de maiores recursos orçamentários e financeiros para a realização da manutenção predial, tanto nos aspectos de estrutura civil quanto elétrica e hidráulica;
 - Apoio a ações para redefinir os recursos de custeio e manutenção das instituições que ora incluem despesas como benefícios sociais, bolsas, diárias, professores temporários, dentre outras, que mascaram o montante destinado à aquisição de serviços e de material;
 - Investimento no orçamento voltado para o incentivo do crescimento quantitativo e qualitativo do sistema de ensino, além



de dar suporte ao aspecto de infra-estrutura física e material da Instituição;

- Efetivação de procedimento de definição de prioridades para distribuição de recursos;
- Melhoria da alocação e da captação de recursos orçamentários dentro da Instituição;
- Monitoramento mensal dos indicadores de desempenho da Instituição, visando municiar dados para elaboração do relatório de gestão.

7. Estratégias

Dado o montante dos recursos a serem empregados para execução do projeto, faz-se necessário dividi-lo em etapas, sendo que a execução de uma etapa não deve inviabilizar a execução da seguinte ou deixar ociosa a etapa concluída.

É sabido das dificuldades financeiras e de pessoal da Instituição. A execução de um projeto de tal magnitude exige agilidade, dispêndio de recursos e o envolvimento de profissionais de várias áreas do conhecimento humano, alguns destes, não disponíveis no quadro de pessoal da instituição, o que, de certo modo, dificulta, gerando lentidão na execução do projeto. Há necessidade de envolvimento, empenho e participação efetiva dos Diretores e demais órgãos seccionais.

Estrategicamente, como forma de garantir agilidade na execução de cada etapa e o órgão não deixe de aplicar os recursos disponibilizados para o projeto no tempo adequado, evitando, inclusive devolução de recursos de convênios ou provoque ociosidade das etapas concluídas, a administração poderá utilizar, além das regras definidas pela Lei nº 8.666/93 e Lei nº 10.520/2002, as Atas de Registro de Preços, bem como, a contratação de fundação de apoio para a execução das etapas.

As etapas definidas neste Projeto, poderão serem executadas de forma fracionadas, visto que a possibilidade de conclusão de etapa poderá depender do fracionamento de outra.

8. Setores envolvidos na execução do projeto

- Diretoria Geral;
- Diretoria de Administração e respectivos Departamentos e Divisões;



- Coordenadoria de Planejamento;
- Centro de Informática;
- Diretoria de Ensino e respectivos Departamentos e Coordenações;
- Diretoria de relações Empresariais e respectivos Departamentos e Divisões; e
- Serviços terceirizados.

9. Estimativa global do projeto

Os valores descritos na tabela abaixo foram levantados de acordo com as composições de custos de seus componentes e serão apresentados em valor total de cada etapa abordada no projeto, cujo detalhamento será demonstrado, oportunamente, no plano de trabalho, no projeto básico ou termo de referencia no momento da sua execução.

As etapas foram estabelecidas pela aglutinação das linhas de ação com as mesmas características com o objetivo de viabilizar a execução na sua totalidade e com vista ao aproveitamento melhor dos recursos disponíveis.

ETAPA	DESCRIÇÃO	VALOR ESTIMADO
I	MANUTENÇÃO	1.490.003,00
1.	Predial	
1.1	Reforma de ambientes administrativos	145.666,00
1.2	Laboratórios (ambientes de ensino)	74.804,00
1.3	Melhoria das condições físicas e estruturais das salas de aula (ambientes de ensino)	168.988,00
1.3	Ginásio de esporte (ambientes de ensino)	67.230,00
1.4	Parque atlético (quadras, pista, piscina, campo e arquibancada)	72.090,00
1.5	Biblioteca (ambientes de ensino)	11.205,00
1.6	Área livre (corredores, estacionamento, muros, grades, jardins, etc.)	28.802,00
1.7	Teatro	260.008,00
1.8	Sistema de combate a incêndio	57.212,00
1.9	Cantina/Restaurante	23.991,00
1.10	Reforma do telhado	261.200,00
2.	Redes	
2.1	Elétrica (revisão e melhoria da iluminação interna e externa)	188.866,00
2.2	Lógica (revisão, ampliação da rede)	11.021,00
2.3	Telecomunicação (revisão e ampliação da rede)	12.000,00
2.4	Comunicação (revisão e ampliação - rádio)	9.000,00
2.5	Água e esgoto (reservatório d'água, revisão e tratamento de água potável e revisão das redes)	14.920,00



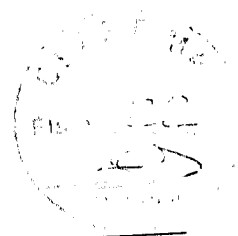
3.	Material	
3.1	Máquinas e equipamentos de laboratório	22.000,00
3.2	Máquinas e equipamentos de refrigeração/climatização	23.000,00
3.3	Máquinas e equipamentos de escritório, equipamentos de apoio didático e mobiliários em geral	4.000,00
3.4	Equipamentos de informática	24.000,00
3.5	Outras máquinas e equipamentos	8.000,00
4.	Campanha de combate ao desperdício	2.000,00
II	AQUISIÇÃO DE BENS (MATERIAIS)	2.130.628,00
1.	Máquinas e equipamentos de laboratórios	910.000,00
2.	Máq. e equipamentos de refrigeração/climatização	134.000,00
3.	Máquinas e equipamentos de escritório e mobiliários em geral	140.000,00
4.	Máquinas e equipamentos diversos	40.000,00
5.	Equipamento de informática	340.628,00
6.	Veículos	536.000,00
III	ESTRUTURA FÍSICA (OBRA)	11.260.000,00
1.	Unidades descentralizadas	
1.1	Zé doca/MA	2.720.000,00
1.2	Buriticupu/MA	2.720.000,00
1.3	Alcântara/MA	2.720.000,00
2.	Ampliação	2.980.000,00
2.1	Prédio – Sede	120.000,00
3	Adaptações	
IV	SEGURANÇA	373.053,00
1.	Vigilância eletrônica da biblioteca	44.153,00
2.	Vigilância eletrônica das demais dependências	260.000,00
3.	Controle de acesso	35.000,00
4.	Informatiza do acervo bibliográfico	5.000,00
5.	Segurança documental (digitalização e informatização de protocolo)	23.000,00
6.	Elaboração de normas internas e medidas de segurança (placas de sinalização e indicação, etc.).	2.800,00
7.	Sistema de combate a incêndio	3.100,00
TOTAL GLOBAL DO PROJETO (R\$)		15.253.684,00



10. Cronograma de execução

A execução total do projeto se encontra prevista para concluir em 24 (vinte e quatro) meses, levando-se em consideração, o orçamento geral da instituição, convênios a serem celebrados e repasse de recursos:

ETAPAS	TEMPO (EM MESES)																								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	
01																									
02																									
03																									
04																									



11. Bibliografias consultadas

Subsidiaram este trabalho os seguintes elementos:

- Lei nº 9.394 de 20 dezembro 1996 - LDB;
- Lei nº 8.958 de 20 de dezembro 1994;
- Leis de licitações e contratos (Leis 8.666/93 e 10520/02);
- Lei nº 10098 de 19 de dezembro de 2000
- Decreto nº 5.205 de 14 de setembro de 2004;
- Decreto nº 5.124 de 1º de outubro de 2004
- Historia da Educação Técnica Profissional no Brasil
- Site: www.mec.gov.br;
- Site: www.senac.br;
- Estatuto do CEFET-MA
- Relatório de diagnóstico do CEFET-MA/2003
- Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI/2005
- Relatório da Reunião Técnica do DEAP/DAD2002;
- Instrução Normativa nº 205/SEDAP de 8 de abril de 1988.

São Luís, 20 de outubro de 2005.